

HABEAS CORPUS Nº 514.952 - SP (2019/0166633-2)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
IMPETRANTE : TATIANO CRISTIAN PAPA
ADVOGADO : TATIANO CRISTIAN PAPA - SP394579
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : CÍCERO ROCHA DA SILVA (PRESO)
OUTRO NOME : CICERO DA SILVA MORETTI (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de CÍCERO ROCHA DA SILVA apontando como autoridade coatora Desembargador relator do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que, no HC n. 2122344-85.2019.8.26.0000, indeferiu o pedido liminar.

Consta dos autos que o paciente foi preso em flagrante, no dia 1º/6/2019, custódia essa convertida em preventiva, como supostamente incurso nos crimes dos arts. 147 e 129, § 9º do Código Penal, tendo em vista que agrediu e ameaçou de morte sua genitora, então com 69 anos, em contexto de violência doméstica e familiar.

Vale destacar o seguinte excerto do decreto prisional (e-STJ fls. 49/50):

[...] O acusado CÍCERO ROCHA DA SILVA foi preso em flagrante porque teria ameaçado e lesionado sua genitora. A vítima, perante a autoridade policial, relatou que "Cícero é homossexual e atualmente está namorando um 'velho' e a declarante desaprova o relacionamento dele. Diante disso, sempre que o namorado de Cícero aparece, ele se torna violento e, após discutir, agride fisicamente a declarante. Além disso, profere ameaças, dizendo que irá matar a declarante. Hoje, novamente, o namorado do autor esteve no local, estando ambos embriagados, quando, alterado, Cícero empurrou a declarante contra a parede quebrando seus óculos e desferiu chutes e tapas contra a declarante, dizendo que irá matá-la. A declarante, cientificada, não deseja que sejam decretadas medidas protetivas de urgência em desfavor do filho. Porém, explica que deseja que seu filho fique preso por um tempo 'para entender'. O autuado, perante a autoridade policial, negou ter ameaçado sua genitora na data dos fatos, bem como em oportunidades anteriores. Os policiais que atenderam a ocorrência relataram que a vítima narrou ter sido empurrada. Cícero estava embriagado e tomava pinga diretamente no gargalo da garrafa. A filha da vítima narrou que o autuado agride sua genitora com frequência e também proferiu ameaças contra ela. Ante esse quadro

fático, entendo que a materialidade, para essa fase processual, está devidamente demonstrada e há indícios suficientes de autoria. Não se recomenda a fixação de medidas protetivas, pois a vítima expressamente rejeitou tal hipótese e solicitou que fosse realizada a prisão do autuado, indicando que a providencia acautelatória diversa da prisão se mostra insuficiente. Presentes os requisitos da prisão cautelar, pois há necessidade de garantia da ordem pública, sobretudo para assegurar a integridade física e psicológica da vítima, bem como conveniente à instrução criminal. Destaco que o exame de corpo de delito aponta que a vítima apresentava "equimose em coxa esquerda e escoriação peitoral à esquerda e em face à esquerda" (fl. 23). Ante o exposto, CONVERTO A PRISÃO EM FLAGRANTE EM PREVENTIVA de CÍCERO ROCHA DA SILVA, com fundamento nos artigos 310, inciso II e 312, ambos do Código de Processo Penal, visando garantir a ordem pública e assegurar a aplicação da lei penal. [...] – grifei.

Irresignada, a defesa impetrou prévio *habeas corpus* perante o Tribunal de origem; a medida de urgência foi indeferida (e-STJ fls. 13/14).

No presente *writ*, o impetrante alega que a constrição cautelar não está devidamente fundamentada, uma vez que a decisão que a decretou não declinou concretamente os requisitos autorizadores do art. 312 do Código de Processo Penal. Destaca as condições pessoais favoráveis do paciente, como a primariedade, os bons antecedentes e o exercício de trabalho como autônomo. Invoca, ainda, o princípio da presunção de inocência. Ressalta a suficiência das medidas cautelares alternativas.

Sustenta a desproporcionalidade da prisão, tendo em vista que, em caso de eventual condenação, possivelmente será concedido o *sursis* do art. 77 do Código Penal, de forma que não haverá o encarceramento do paciente.

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão, com a aplicação de cautelares alternativas, superando-se o enunciado da Súmula n. 691/STF.

É, em síntese, o relatório.

O Superior Tribunal de Justiça tem jurisprudência firmada de não caber *habeas corpus* ante decisão que indefere pedido liminar, a não ser que fique demonstrada flagrante ilegalidade (enunciado 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal), o que não ocorre na espécie.

A propósito:

AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. IMPETRAÇÃO CONTRA INDEFERIMENTO DE LIMINAR NO TRIBUNAL DE ORIGEM. SUMULA 691/STF. COMPETÊNCIA DESTA CORTE QUE AINDA NÃO SE INAUGUROU. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. AUSÊNCIA DE PROVA DO ALEGADO CONSTRANGIMENTO ILEGAL.

1. Não cabe habeas corpus perante esta Corte contra o indeferimento de liminar em writ impetrado no Tribunal de origem. Aplicação da Súmula 691 do Supremo Tribunal Federal.

[...]

3. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC 349.925/RJ, relatora Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 10/3/2016, DJe 16/3/2016.)

AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. IMPETRAÇÃO INDEFERIDA LIMINARMENTE. SÚMULA 691/STF. AUSÊNCIA DE PATENTE ILEGALIDADE. PEDIDO DE EXPEDIÇÃO DE CONTRAMANDADO DE PRISÃO TEMPORÁRIA. PACIENTE NO EXTERIOR. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. O Superior Tribunal de Justiça tem compreensão firmada no sentido de não ser cabível habeas corpus contra decisão que indefere o pleito liminar em prévio mandamus, a não ser que fique demonstrada flagrante ilegalidade, o que não ocorre na espécie. Inteligência do verbete n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

2. No caso, não se observa manifesta ilegalidade na decisão que indeferiu o pleito liminar no prévio mandamus, tampouco na decisão primitiva. Na espécie, não há nos autos informações comprobatórias de que todas as diligências requeridas foram cumpridas, valendo ressaltar, ainda, que o decreto prisional, expedido no bojo da mesma decisão, não se efetivou porque o paciente não teria sido localizado, porquanto "potencialmente" estaria no exterior.

3. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC 345.456/SP, relator Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 18/2/2016, DJe 24/2/2016.)

Assim, a questão em exame necessita de averiguação mais aprofundada pelo Tribunal estadual, que deverá apreciar a argumentação contida na impetração no momento adequado.

Sem isso, fica esta Corte impedida de analisar o alegado constrangimento ilegal, sob pena de incorrer em indevida supressão de instância e de incidir em patente desprestígio às instâncias ordinárias.

Entendo, portanto, não ser o caso de superação do enunciado 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

Ante o exposto, com fundamento no art. 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **indefiro liminarmente o *habeas corpus***.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO

Relator

